



Número: **0002774-69.2019.8.17.3370**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Cível da Comarca de Serra Talhada**

Última distribuição : **29/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE WELDES BARROS DE ARAUJO (APELANTE)		HAROLDO MAGALHAES DE CARVALHO (ADVOGADO(A))	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (APELADO)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO(A)) ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR (ADVOGADO(A))	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
107069903	03/06/2022 09:43	Apelação	Apelação



AO JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SERRA TALHADA/PE.

PROCESSO Nº 0002774-69.2019.8.17.3370

JOSÉ WELDES BARROS DE ARAUJO, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, seu procurador *infra-assinado*, *data máxima vênia*, não se conformando com a **r. sentença (ID. 95406543)** proferida por este Juízo, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, **tempestivamente**, interpor

RECURSO DE APELAÇÃO

com arrimo no art. 1.009 e seguintes do Código de Processo Civil, para o Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, apelação esta, cujas Razões seguem em anexo.

Ademais, é válido salientar que o Recorrente deixou de recolher as custas processuais (preparo) em razão de ser beneficiário da Justiça Gratuita, de acordo com art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal c/c art. 98 do CPC, como se observa dos autos (**ID. 54883741**).

Desta forma, requer a Vossa Excelência que digne-se em determinar a remessa dos autos, juntamente com o presente RECURSO, para superior instância, para que lá, sejam as razões em anexo devidamente apreciadas e **DATA MÁXIMA VÊNIA** absolutamente PROVIDAS.

Nestes Termos,

Pede E Espera Deferimento.

Serra Talhada (PE), 03 de Junho de 2022.

(Assinado Eletronicamente)

HAROLDO MAGALHÃES DE CARVALHO

OAB/PE 25.252

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





RAZÕES DO RECURSO DE APELAÇÃO

PROCESSO Nº 0002774-69.2019.8.17.3370

RECORRENTE (AUTOR): JOSÉ WELDES BARROS DE ARAUJO

RECORRIDO (RÉU): SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SERRA TALHADA/PE.

EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

COLEND A TURMA,

EMÉRITOS JULGADORES,

1. DA SÍNTESE DA LIDE.

Trata-se, originalmente, de Ação de Cobrança promovida pelo Recorrente em face da Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT, ora Recorrida, objetivando a condenação ao pagamento de indenização de Seguro Obrigatório DPVAT, em razão de acidente de trânsito que lhe causou invalidez permanente em decorrência das lesões sofridas.

Ao final, a ação foi julgada parcialmente procedente, nos seguintes termos:

DIANTE DO EXPOSTO, **julgo procedente** o pedido inaugural formulado pelo autor, com fundamento legal no inc. II, §1º, art. 3º Lei nº11.945/09, c/c Lei nº 6.194/74 e, em consequência, condeno a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT, pagar o valor correspondente a **R\$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais)**, corrigidos monetariamente pela tabela **ENCOGE** a partir do evento danoso (acidente), conforme Súmula 43 do STJ, e juros de mora de 1% ao mês a partir da citação válida,

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





conforme art. 405 do Código Civil c/c art. 240 do CPC e Súmula 426 do STJ.

Em razão da sucumbência, **condeno a parte requerida** ao pagamento das custas e despesas processuais, além dos **honorários advocatícios, que fixo em R\$ 500,00 (quinhentos reais)**[1], porque muito baixo o valor da condenação[2], nos termos do artigo 85, § 8º, CPC, tendo em vista os parâmetros estipulados nos incisos I a IV do § 2º do art. 85 do CPC, uma vez que se trata de demanda de baixa complexidade. O E. TJPE, em mais de uma oportunidade, considerou adequado o valor de honorários no montante ora estabelecido[3],[4] e [5]. **(Destaquei).**

Contudo, *data máxima vênia*, **merece reforma a r. sentença** quanto ao **índice** fixado para **correção monetária** da **indenização** do **Seguro Obrigatório DPVAT**, uma vez que o **IGP-M** é mais **justo** e **adequado** para **mensurar os reajustes de preços de nosso mercado**, conforme será exposto.

Além disso, os **honorários advocatícios de sucumbência** foram fixados em **valor irrisório**, restando **caracterizado** o seu **aviltamento**, em **desrespeito a dignidade do profissional**, à míngua da melhor interpretação do **art. 85, § 2º, do CPC**, razões pelas quais, também, **merece reforma a r. sentença** nesse tocante, para que sejam **majorados** os **honorários advocatícios**.

Assim, passamos a expor os fundamentos dos pedidos para reforma da r. sentença.

2. DAS RAZÕES PARA REFORMA DA SENTENÇA.

2.1. DO ÍNDICE DA CORREÇÃO MONETÁRIA OFICIAL APLICÁVEL NAS AÇÕES DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT: IGP-M.

No caso, a **r. sentença** recorrida **fixou** a **ENCOGE** como **índice** de **correção monetária** a ser aplicado a **indenização** do **Seguro Obrigatório**

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





DPVAT fixada em favor do Recorrente, nos seguinte termos: "(...)condeno a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, pagar o valor correspondente a **R\$ 3.375,00** (três mil, trezentos e setenta e cinco reais), corrigidos monetariamente pela tabela **ENCOGE** a partir do evento danoso (acidente), conforme Súmula 43 do STJ, e juros de mora de 1% ao mês a partir da citação válida, conforme art. 405 do Código Civil c/c art. 240 do CPC e Súmula 426 do STJ.)."

Entretanto, uma vez que a correção monetária tem como fim a recomposição de perdas do poder aquisitivo da moeda, o IGP-M é o índice que melhor reflete a recomposição - desvalorização da moeda.

Esse é entendimento dos Tribunais Pátrios, bem como da Corte Superior de Justiça, que já se manifestaram de acordo com o índice IGPM/FGV para fazer a correção monetária em casos como destes autos, por ser o mais justo e adequado para mensurar os reajustes de preços de nosso mercado. Nesse sentido:

"PROCESSUAL EXECUÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. POSSIBILIDADE. RESPEITO AO VALOR NOMINAL ORIGINÁRIO. 1. O <u>índice de correção monetária oficial aplicável (IGP-M)</u> mensura a oscilação sofrida pelos preços dos bens de consumo e de produção, de forma mensal, revelando se um eficaz instrumento para se calcular o custo de vida da população e o poder aquisitivo da moeda. Sua aplicação ao crédito exequendo visa preservar, da melhor forma possível, o valor real da moeda, mantendo no tempo o poder de compra original, ou seja, sem acréscimo ou redução. (...) 4. Agravo regimental não provido." (STJ, AgRg no REsp 1356044/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/02/2013). (Destaquei).	CIVIL	E	ADMINISTRATIVO. ÍNDICES NEGATIVOS.
---	-------	---	--

Por oportuno, por sua didática e proficuidade, válidas se mostram as ponderações feitas pelo Ministro Castro Meira no julgamento do AgRg no





REsp 1356044/RS: "(...) O índice de correção monetária oficial aplicável (IGP-M) mensura a oscilação sofrida pelos preços dos bens de consumo e de produção, de forma mensal, revelando-se um eficaz instrumento para se calcular o custo de vida da população e o poder aquisitivo da moeda. Sua aplicação ao crédito exequendo visa preservar, da melhor forma possível, o valor real da moeda, mantendo no tempo o poder de compra original, ou seja, sem acréscimo ou redução (...).

No mesmo sentido:

"APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT – ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA – IGPM/FGV – MAJORAÇÃO HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – APRECIÇÃO EQUITATIVA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. A correção monetária deverá ser calculada com amparo no IGPM/FGV, índice que melhor atualiza o valor da moeda. (...)". 3. Recurso provido para determinar a incidência do IGPM-FGV como índice de correção monetária e fixar os honorários advocatícios em R\$ 1.000,00 (um mil reais), na forma do § 8º, do artigo 85 do NCPC". (TJMS. Apelação n. 0811038-04.2016.8.12.0002, Dourados, 3ª Câmara Cível, Relator (a): Des. Fernando Mauro Moreira Marinho, j: 27/03/2018, p: 28/03/2018). (Destaquei).

"APELAÇÕES CÍVEIS – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO DPVAT – ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE COBERTURA – VEÍCULO ENVOLVIDO NO SINISTRO NÃO ABRANGIDO PELO SEGURO OBRIGATÓRIO – IRRELEVÂNCIA – CORREÇÃO MONETÁRIA – IGPM/FGV – MAJORAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA – ART. 85, §§ 2º e 8º DO CPC – HONORÁRIOS RECURSAIS – RECURSO DO AUTOR CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO – RECURSO DA SEGURADORA REQUERIDA CONHECIDO E DESPROVIDO. De acordo com o art. 5º da Lei nº 6.194/1974,"O pagamento da indenização será efetuado



mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado". Ainda que o veículo envolvido no acidente não esteja devidamente licenciado ", com o pagamento do seguro obrigatório, essa irregularidade não impede o recebimento da indenização securitária. Isso porque a referida lei tem cunho eminentemente social e tem por escopo assegurar as vítimas de acidentes no trânsito, independentemente da comprovação da relação contratual securitária. **A correção monetária deve ser feita pelo IGPM/FGV**, por ser o **índice que melhor reflete a desvalorização da moeda frente a inflação**. Dispõe o § 8º, do art. 85 que, "Nas causas em que for inestimável ou irrisório ou, ainda, quando o valor da causa foi muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto nos incisos do § 2º". (TJMS. Apelação n. 0810753-11.2016.8.12.0002, Dourados, 3ª Câmara Cível, Relator (a): Des. Eduardo Machado Rocha, j: 21/11/2017, p: 22/11/2017)". (Destaquei).

Assim, portanto, **merece reforma a r. sentença** nesse tocante para que seja **fixado** o **IGP-M** como **índice** de **correção monetária** a ser aplicado a **indenização** do **Seguro Obrigatório DPVAT** estabelecida na sentença recorrida, ante as razões expostas.

2.2. DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA – VALOR IRRISÓRIO – MAJORAÇÃO – ART. 85, § 2º, DO CPC.

Ademais, os **honorários advocatícios sucumbenciais** foram fixados em **valor irrisório**, qual seja: **R\$500,00**, ou seja, **menos de meio salário mínimo**, restando **caracterizado** o seu **aviltamento**, em **desrespeito a dignidade do profissional**, à míngua da melhor interpretação do **art. 85, §§ 2º e 8º, do CPC**, pelo que **merece reforma a r. sentença**, para que sejam **majorados**.





É que, é bem sabido que os honorários advocatícios, quando arbitrados, devem sê-lo levando em consideração a dignidade do exercício da advocacia, bem como de forma a compensar o profissional em seus dispêndios, sejam estes financeiros ou intelectuais, arcados para o deslinde da ação.

Nesse sentido, por oportuno, peço vênia para transcrever o seguinte trecho do voto proferido pelo **Ministro ATHOS CARNEIRO** no **RESP nº 2.870-MS**:

"(...) A verba honorária destina-se a remunerar condignamente o profissional da advocacia, ou a compensar a parte pela despesa que esta já arcou com o antecipado pagamento dos honorários ao seu procurador. Ora, tanto o pagamento como o reembolso devem ser efetivos, isto é, realizados mediante quantia que tenha uma significação econômica atual e não meramente simbólica".
(Destaquei).

Destarte, quando da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais o juiz deve observar o grau de zelo do profissional, lugar de prestação de serviço e a natureza e importância da causa, bem como o trabalho realizado e o tempo exigido para o serviço, o que **NÃO OCORREU NO CASO**.

Assim sendo, no caso em tela, se justifica a indignação com o valor fixado na sentença recorrido a título de honorários ante todo o esforço realizado pelo advogado da presente ação, tudo em prol do exercício da advocacia em favor do bom andamento do processo, pois, afinal, o causídico está acompanhando e diligenciando no processo desde da distribuição da inicial, a apresentação de réplica; a requerimento de produção de provas, manifestação do laudo pericial e alegações finais, circunstâncias que devem





ser sopesados e que NÃO foram, conforme preceitos contidos no § 2º do art. 85 do CPC, e entendimento desta Egrégia Corte e do STJ, a título de justiça.

Nesse sentido, é o entendimento já firmado por este Egrégio Tribunal, dentre outros, *in verbis*:

APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSO CIVIL. CRITÉRIOS PARA A FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NÃO OBSERVADOS PELO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU. ART. 20, §§ 3º E 4º, DO CPC. NECESSIDADE DE MAJORAÇÃO. RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE.

1. Os critérios para a fixação dos honorários advocatícios são objetivos e devem ser sopesados pelo juiz na ocasião da fixação dos honorários.

2. No intuito de atender aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, é imperioso que o magistrado, no momento do estabelecimento do valor dos honorários advocatícios, observe a dedicação do advogado, a competência com que conduziu os interesses de seu cliente, a complexidade da causa, o tempo despendido pelos causídicos desde o início até o término da ação.

3. No caso em concreto, a demanda versa sobre embargos a execução, sendo necessário o arbitramento dos honorários de sucumbência por equidade, conforme disposições do art. 20, § 4º, do CPC, apresentando os elementos característicos do § 3º do mesmo dispositivo. Sendo assim, o valor de R\$10.000,00 (dez mil reais) fixado pelo magistrado de piso, não atende plenamente aos requisitos legais, devendo, por isso, ser majorado para R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), correspondente a 5%(cinco por cento) sobre o valor atribuído à causa.

4. Recurso que se dá provimento parcial. (TJ-PE - APL: 4101208 PE, Relator: Agenor Ferreira de Lima Filho, Data de Julgamento: 08/06/2016, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 06/07/2016). (Destaquei).





AGRAVO INTERNO. ART. 1.021 DO CPC. DECISÃO UNIPessoal QUE CONHECEU E NEGOU PROVIMENTO À APELAÇÃO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. VAGA EM CRECHE. INSURGÊNCIA DO MUNICÍPIO. PRETENDIDA REDUÇÃO DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. INVIABILIDADE. QUANTIA QUE REVELA-SE APROPRIADA À REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO ADVOGADO PATRONO DA PARTE ADVERSA. ART. 85, §§ 2º E 8º DA LEI N. 13.105/15. "São objetivos e devem ser sopesados pelo juiz na ocasião da fixação dos honorários. A dedicação do advogado, a competência com que conduziu os interesses de seu cliente, o fato de defender seu constituinte em comarca onde não resida, os níveis de honorários na comarca onde se processa a ação, a complexidade da causa, o tempo despendido pelo causídico desde o início até o término da ação, são circunstâncias que devem ser necessariamente levadas em consideração pelo juiz quando da fixação dos honorários de advogado [...]" (NERY JÚNIOR, Nelson e NERY, Rosa Maria de Andrade. Comentários ao Código de Processo Civil. 2ª tiragem, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 433). RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJ-SC - AGT: 03063466020198240008 Blumenau 0306346-60.2019.8.24.0008, Relator: Luiz Fernando Boller, Data de Julgamento: 19/11/2019, Primeira Câmara de Direito Público). (Destaquei).

Deste modo, com a devida vênia, constata-se o equivoco da sentença vergastada, no que tange a fixação dos honorários advocatícios, merecendo reforma o decisum no quesito apontado, para FIXAR OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA para o percentual de 20% sobre o VALOR DA CONDENAÇÃO. Nesse sentido:

APELAÇÃO. AÇÃO DE RESSARCIMENTO DE DANOS. FORNECEDORA DE ENERGIA ELÉTRICA. DANOS CAUSADOS POR QUEDA DE ENERGIA. QUEIMA DE ELETRODOMÉSTICO. DANO MATERIAL E MORAL CONFIGURADOS. QUANTUM INDENIZATÓRIO QUE ATENDE AOS





PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. MAJORAÇÃO INDEVIDA. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PARA 20% CALCULADOS SOBRE O VALOR DA CONDENACÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA DEVE INCIDIR A PARTIR DO ARBITRAMENTO NOS TERMOS DA SÚMULA 362 DO STJ. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Trata-se de ação de indenização por perdas e danos morais e materiais em que a apelante pretende a reforma da sentença para que seja majorado o valor da indenização por danos morais e dos honorários advocatícios e que os juros moratórios incidam a partir do evento danoso, nos termos da súmula 43 do STJ. 2. Para fixação dos valores referentes a indenização por danos morais, deve o julgador observar os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, tendo em vista a inexistência legal de critérios objetivos para seu arbitramento, bem como considerar a gravidade do dano, a intensidade da culpa e a condição financeira do réu. Há que se buscar sempre um equilíbrio entre a necessidade de compensar a vítima pelo sofrimento sentido e a de produzir um efeito punitivo e pedagógico no ofensor. 3. Por outro lado, a indenização por danos morais não pode resultar em obtenção de vantagem indevida, mas também não pode ser irrisória, pois almeja coibir a repetição de comportamento descompromissado. 4. Não merece guarida a alegação da apelante de que o quantum arbitrado na origem em R\$ 2.000,00 a título de compensação de ordem moral estaria desarrazoado. 5. No caso dos autos, não há demonstração cabal de que a situação teve desdobramentos elevados na esfera íntima ou de que a situação tenha causado desgaste intenso na recorrente a justificar a majoração do valor da indenização fixado na sentença. 6. O montante estipulado encontra-se dentro dos parâmetros da razoabilidade e proporcionalidade e se adequa aos valores arbitrados por esta Corte em casos análogos. 7. **O percentual arbitrado nos honorários advocatícios arbitrados na origem, mostra-se irrisório razão pela qual entendo que o percentual deve ser majorado para 20% como forma de remunerar**





dignamente o trabalho do advogado da recorrente. 8.Quanto ao início da incidência dos juros moratórios e da correção monetária, reforma-se a sentença para estabelecer que o início da incidência dos juros de mora é a partir da citação, por se tratar de relação contratual e a correção monetária é a partir da data do arbitramento, conforme súmula 362, do Superior Tribunal de Justiça. 9.Recurso parcialmente provido. **(TJ-PE - APL: 4932209 PE, Relator: Sílvio Neves Baptista Filho, Data de Julgamento: 14/11/2018, 1ª Câmara Regional de Caruaru - 1ª Turma, Data de Publicação: 29/11/2018). (Destaquei).**

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. APELAÇÃO DA SEGURADORA. NEXO DE CAUSALIDADE COMPROVADO. COMPORTAMENTO CONTRADITÓRIO DA APELANTE. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Apelado que propôs ação de cobrança visando o recebimento de complementação de indenização pelo seguro DPVAT em razão de ter sido vítima de acidente de trânsito. 2. Sentença que julgou parcialmente procedente a pretensão autoral. 3. Recurso interposto pela seguradora demandada. 4. Nexo de causalidade entre o acidente e a lesão apresentada pelo autor da ação que ficou comprovado pelos documentos que apontaram o atendimento médico na data do acidente, descrevendo que o recorrido foi vítima de queda de motocicleta, e pelo laudo pericial. 5. Caracterização de comportamento contraditório por parte da seguradora recorrente, que efetuou o pagamento parcial da indenização na esfera administrativa e alega, em recurso, ausência de nexo de causalidade. 6. Apelação não provida. 7. **Majoração dos honorários advocatícios para 20% (vinte por cento) do valor da condenação.** Aplicação do disposto no Art. 85, § 11, do Código de Processo Civil. **(TJ-PE - APL: 5285318 PE, Relator: Sílvio Neves Baptista Filho, Data de Julgamento: 19/06/2019, 1ª Câmara Regional de Caruaru - 1ª Turma, Data de Publicação: 01/07/2019). (Destaquei).**





Portanto, tem-se que os honorários advocatícios de sucumbência fixados na r. sentença foram diminutos e caracteriza remuneração aviltante ao causídico, razão pela qual, *data máxima vênia*, merece reforma a r. sentença no sentido de FIXAR a VERBA HONORÁRIA em 20% sobre VALOR DA CONDENAÇÃO, quantia que remunera mais condignamente o advogado da parte e atende aos ditames dos §2º do artigo 85 do Código de Processo Civil.

3. DOS PEDIDOS.

Ante o exposto, **REQUER** o Recorrente, se digne o Douto Relator Julgador, com a acuidade e experiência que lhe é peculiar, em acolher as razões jurídicas constantes no presente **RECURSO DE APELAÇÃO**, dando-lhe **PROVIMENTO** para:

3.1. **FIXAR** o **IGP-M** como **índice** a ser plicado na **correção monetária** da **indenização** do **Seguro Obrigatório DPVAT** fixada em favor do Recorrente;

3.2. **FIXAR** os **HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA** em **20%** sobre o **VALOR DA CONDENAÇÃO**, de forma a **assegurar a dignidade do profissional**, nos termos do **art. 85, § 2º, do CPC**.

É o que espera, por ser uma medida de inteira JUSTIÇA.

Nestes Termos,

Pede e Espera **PROVIMENTO**.

Serra Talhada (PE), 03 de Junho de 2022.

(Assinado Eletronicamente)
HAROLDO MAGALHÃES DE CARVALHO
OAB/PE 25.252

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com

